ÍNDICE

O MÉTODO DE LEITURA ESTRUTURAL

Ronaldo Porto Macedo Júnior[1]
Professor de Filosofia Política e Ética e Teoria do Direito da FGVSP-Direito
Professor do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da FADUSP

I - Objetivos da leitura filosófica

O presente texto visa orientar alunos de que se iniciam na atividade de ler textos conceitualmente complexos de teoria ou filosofia. Não se trata de trabalho teórico e tampouco de um longo exercício prático de como ler um texto, mas, antes, de uma primeira abordagem sobre as técnicas intelectuais para a leitura e análise de textos filosóficos[2].

O método de leitura de textos que se propõe aqui é usualmente denominado método estrutural. A ele não se deve associar de maneira direta e necessária o pensamento estruturalista. O seu elemento essencial é antes a atenção privilegiada que nele se confere à estrutura interna do texto filosófico, o seu caráter sistemático e orgânico. Em outras palavras, neste tipo de leitura se admite a premissa metodológica (ainda que provisória) de que um texto deve ser lido como parte de um sistema coerente de argumentos, conceitos e proposições. Assim, diante de eventuais lacunas e aparentes contradições, o leitor deverá, antes de tudo, procurar a interpretação que permita recuperar a coerência e a lógica interna dos argumentos. Neste sentido, este método exige certa humildade perante o texto. Este deve ser lido a partir da pressuposição (mais uma vez provisória) de sua consistência. Uma atitude semelhante à de um jovem interessado no jogo do xadrez que, ao analisar o lance de um grande mestre enxadrista cuja lógica à primeira vista não compreende, suspende provisoriamente a sua crítica. Ele deve buscar, antes da censura, um redobrado esforço para compreensão da "inteligência do lance". Antes da avaliação quanto a ter sido aquele um

[1] Agradeço a cuidadosa leitura e revisão do texto feito pela Profa. Ana Cristina Braga Martes e pelas pesquisadoras Catarina Barbieri e Luciana Reis. O presente texto constitui versão preliminar de trabalho de um livro sobre ensino de Filosofia Política em fase de conclusão.

[2] Existe uma vasta literatura de introdução a leitura filosófica disponível em outras línguas. Em português, poder-se-á ler com proveito FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques, *Metodologia filosófica*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002; ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *Como ler um livro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000; TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006; e ainda FISHER, Alec. *The logic of real arguments*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, nos quais em parte o texto que segue se baseia.

bom ou mal lance, a sua intenção e coerência. Do mesmo modo, um *leitor estrutural* deve suspender provisoriamente o juízo sobre a validade substantiva das proposições, e antes atentar para a sua coerência e lógica interna do texto a cuja análise submete. O observador (o leitor) deve se colocar na posição de um discípulo provisório, que procura fazer a melhor interpretação possível do lance. Nas palavras de Oswaldo Porchat, um dos divulgadores e defensores do método estrutural de leitura no Brasil, ao analisar como se deve estudar um filósofo: "Parece-me que uma coisa importante (não estou dizendo que seja a única coisa importante) é tentar entender esse filósofo a partir do que eu chamaria de 'lógica interna' do seu pensamento. [...] cada filósofo vai construindo a sua Filosofia segundo um certo sistema de procedimento, segundo uma certa maneira de organizar o pensamento e de fazê-lo progredir, que é diferente de um filósofo para outro. Assim, cada filósofo vai instaurando a sua 'lógica' própria. Ele vai definindo, ao mesmo tempo em que constrói a sua obra, quais são os procedimentos aceitáveis para pensar filosoficamente. Se não se entende essa lógica interna de cada filósofo, não se é capaz de compreender a sua Filosofia. Para compreender a Filosofia de um filósofo, é preciso descobrir qual o seu método de pensar, qual o seu método de organizar o discurso filosófico, como ele pensa que se pode progredir em direção a novas proposições. Se não se faz isso, não se entende nada de um filósofo, absolutamente nada".[3]

Obviamente, tal método não impede o uso de outros recursos de leitura, como a filologia, análise biográfica e contextualização histórica do autor. Assim, seria praticamente impossível ler um texto de Platão ou Aristóteles sem compreender o sentido que empresta a determinadas palavras, o significado da *Polis* grega, da *areté* (excelência), ou ainda o papel da escravidão no mundo antigo. Não obstante isso, ao contrário do historiador, do sociólogo ou do filólogo, o intérprete estrutural preocupa-se primordialmente com a concatenação argumentativa das teses de um autor, a sua estrutura e coerência interna.

[3] "Bate-papo com estudantes sobre o estudo de filosofia na universidade brasileira", in *O ceticismo e a possibilidade da Filosofia*, op. cit, p. 240. Para uma breve referência histórica à introdução e disseminação deste método de análise em história da filosofia no Brasil, ver ARANTES, Paulo Eduardo, O bonde da Filosofia. Aspectos da cultura filosófica uspiana nos últimos anos da Rua Maria Antonia (1965-1968). In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

Evidentemente, isto não impede que se vejam mudanças, rupturas ou incoerências dentro de um sistema de pensamento, apenas obriga o leitor estrutural a tomar cautelas adicionais antes de indicá-las ou proclamá-las. O leitor estrutural deve buscar compreender o texto a partir do sistema a que pertence, segundo a ordem interna das razões, *Ad mentem auctoris*, isto é, segundo a mente do autor, recuperando, assim, o seu tempo lógico interno.

Sobre o mesmo assunto afirma um dos formuladores e divulgadores do método, Victor Goldschmidt: "Os movimentos do pensamento filosófico estão inscritos na estrutura da obra, nada mais sendo esta estrutura, inversamente, que as articulações do método em ato; mais exatamente: é uma mesma estrutura, que se constrói ao longo da progressão metódica e que, uma vez terminada, define a arquitetura da obra. Ora, falar de movimento e de progressão é, a não ser que fique em metáforas, supor um tempo, e um tempo estritamente metodológico ou, guardando para o termo sua etimologia, um tempo lógico. [...] admitir um tempo lógico é bem menos formular uma teoria, por sua vez dogmática, que uma regra de interpretação, de que é preciso, ao menos, assinalar algumas aplicações. Em regra, em primeiro lugar, concerne à própria exegese dos métodos. Refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado é repor em movimento a estrutura e, desse modo, situar-se num tempo lógico. [...] de um modo mais geral, repor os sistemas num tempo lógico é compreender sua independência, relativa talvez, mas essencial, em relação aos outros tempos em que as pesquisas genéticas os encadeiam. A história dos fatos econômicos e políticos, a história das ciências, a história das idéias gerais (que são as de ninguém) fornecem um quadro cômodo, talvez indispensável, em todo o caso, não filosófico, para a exposição das filosofias." [4] Neste sentido, a interpretação estrutural é filosófica "na medida em que tenta compreender um sistema, conforme a intenção de seu autor". Insista-se que não se trata da pressuposição de que todos os argumentos de um autor sejam lógicos num sentido da lógica formal, mas sim no sentido de que pressupõem uma coerência construtiva e sistemática.

É importante aqui levar a sério a idéia de *movimento*. Este conceito está diretamente relacionado à idéia de estrutura. Isto porque o método de um autor engendra as regras para

---

[4] GOLDSCHMIDT, Victor, Tempo histórico e tempo lógico na interpretação de sistemas filosóficos. In: *A religião de Platão*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 142-143.

o desenvolvimento de um pensamento (a sua *démarche*). Isto é verdadeiro para o desenrolar de um pensamento, as regras deste processo e suas transformações. Este processo integral (o método em ato) constitui o movimento do texto[5]. Iniciar-se no estudo da filosofia através do estudo dos textos dos filósofos significa então começar por aprender a ler um texto filosófico a partir de sua lógica interna, interpretando-o como um sistema estruturado, levando, assim, o estudo da História da Filosofia para o aprendizado filosófico. Antes de avançar neste tópico, creio ser relevante perguntar se este é um bom meio de acesso à filosofia.

II - Uma filosofia do método (estrutural) de leitura?

Afinal, para que serve o estudo de filosofia? Por que um aluno de direito ou outra ciência humana deverá estudar filosofia? Para aprender a ler "cientificamente" um autor, suspendendo seu juízo, torna-se escravo-discípulo de seus textos? Se assim for, não estaria certo Nietzsche quando afirmava que "a história erudita do passado nunca foi tarefa do verdadeiro filósofo".[6] Conforme aponta Carlos Alberto Ribeiro Moura, comentando o texto de Nietzsche, "a filosofia não se confunde com a história da filosofia, ao ministrá-la aos jovens, o máximo que se consegue é desencorajá-los de ter uma opinião pessoal, exibindo-lhes 'o amontoado confuso de todas as opiniões'. Pior ainda, parte-se de uma imagem bem extravagante do que seja a educação filosófica, quando se quer introduzir no 'espírito juvenil' dezenas de sistemas filosóficos seguidos de dezenas de críticas desses sistemas. Na verdade esta 'educação filosófica' consiste em afastar-se da filosofia, e não é surpreendente que a 'filosofia universitária' seja objeto de desprezo e de ceticismo geral. Esse sucedâneo de pensamento, que é a história da filosofia, só conseguirá uma coisa: ridicularizar a própria filosofia e entravar 'a ação gloriosa da verdadeira filosofia'".[7]

---

[5] GOLDSCHMIDT, Victor. Remarques sur la méthode structurale em histoire de la philosophie, in R*evista Manuscrito*, v. V, n. 2, abr. 1982, Campinas, p. 130.
[6] NIETZSCHE, Friedrich. Schopenhauer educador, in *Considérations Intempestives*. Paris, Aubier, 1954, p. 151, *apud* MOURA, Carlos Alberto Ribeiro, História Stultitiae e história sapientiae. In: *Racionalidade e crise*: *estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 13.
[7] MOURA, Carlos Alberto Ribeiro. op. cit. p.13.

Admitamos que "aprender filosofia não é aprender a servir-se de um instrumento para aumentar nosso poder sobre as coisas ou sobre os homens, mas é adquirir a arte de desenvolver as aptidões de nosso próprio espírito a julgar e a raciocinar em geral".[8] Se assim for, será o estudo segundo um método de leitura estrutural um bom caminho para a filosofia? O que se está propondo não seria o caminho oposto à recomendação nietzschiana, que também encontra ecos em discursos mais populares sobre a pedagogia da filosofia e seu compromisso com a crítica e o pensamento autônomo? Ademais, o convite à leitura metódica e estrutural não seria também um convite a represar a inclinação filosófica de cada um, inibindo mais do que estimulando a reflexão filosófica?[9]

Ora, o que se apresentou como princípio básico da leitura estrutural parece caminhar na contramão destas ambições de estímulo ao filosofar. Mas então a história da filosofia e a leitura rigorosa de textos filosóficos através do método estrutural não teria interesse para a educação filosófica? Pior que isto, não seria uma forma de inibir a vocação filosófica?

Penso que o método de leitura sistemático, estrutural, guarda grande interesse para o estudo da filosofia e para o próprio pensamento filosófico. Em primeiro lugar, é preciso notar que a habilidade de leitura e análise constitui-se em técnica fundamental para o pensamento em geral (daí apenas um dos motivos pelo qual estudar filosofia poderá interessar qualquer não-filósofo). Trata-se de um argumento importante, especialmente num contexto educacional como o brasileiro, no qual muitos alunos que ingressam no ensino superior ainda carecem desta importante habilidade. Ler um texto constitui-se numa habilidade geral e fundamental para o aprofundamento em quase todas as disciplinas. Seria possível também afirmar que, através da filosofia, tal habilidade pode muito bem ser desenvolvida. Mais difícil, contudo, seria afirmar que esta seria uma habilidade propriamente filosófica. Seria antes uma propedêutica a todo ensino rigoroso. Como tal, poderíamos aprender tal habilidade, talvez com semelhantes resultados através da análise literária, ou leitura comentada de textos em geral.

---

[8] FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. *Metodologia filosófica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. X.
[9] Sobre estes riscos e efeitos possíveis, ver ARANTES, Paulo Eduardo, op. cit.

Acredito que há uma segunda razão mais claramente filosófica para a escolha do caminho da leitura dos clássicos. O passado da filosofia é relevante para a compreensão da filosofia presente. Neste sentido, a sua compreensão rigorosa, não deformada, constitui-se em importante ferramenta para o pensamento. De alguma forma, a nossa compreensão do presente depende e deriva de nossa pré-compreensão enraizada no passado e suas referências fundamentais. Ainda que tal afirmação seja bastante plausível, poderíamos ainda perguntar: Mas por que a história da filosofia seria relevante para a filosofia?[10] Esta relevância é filosoficamente situada.[11] Na verdade, conforme apontava Hegel em suas *Lições sobre a história da filosofia*, o interesse da filosofia pela história da filosofia deve ser buscado no "elo essencial que une o passado ao presente da filosofia".[12] Assim, o estudo do passado sempre dirá algo de relevante para o presente. Daí decorre, curiosamente, uma crítica de Hegel aos historiadores de sua época semelhante à de Nietzsche, visto que, ao fazerem da história do pensamento uma mera doxografia erudita, uma "coleção de opiniões filosóficas", produziam uma história estúpida, objeto de tola e inútil erudição. Pior que isto, este amontoado de "opiniões filosóficas" apenas serviria para deixar os indivíduos confusos, indecisos e propensos a um ceticismo preguiçoso que "vai usar desta diversidade de sistemas e a impossibilidade de escolher entre eles como prova da inutilidade da filosofia".[13] Este seria um resultado cético da falta de conexão entre história da filosofia e a própria filosofia. Daí a afirmação hegeliana de que "deve-se afirmar que o estudo da história da filosofia é o estudo da própria filosofia".[14]

É certo que os defensores do método estrutural jamais se comprometeram com uma filosofia da história de moldes hegelianos. A defesa que aqui se faz desta técnica de leitura tampouco se alia a tal compromisso filosófico. Dentre outras razões, porque desnecessário às ambições aqui propostas. Contudo, se poderá dizer com bons motivos que a reconstrução

[10] Émile Bréhier, um dos protagonistas do desenvolvimento do método estrutural na Franca afirmava: "É um fato que a história da filosofia é relevante para a filosofia", *La philosophie et son passé*, p. 21, *apud* MOURA, Carlos Alberto Ribeiro, op. cit., p. 19.
[11] Neste ponto apóio-me amplamente no excelente texto de Carlos Alberto Ribeiro Moura, citado acima.
[12] MOURA, Carlos Alberto Ribeiro, op. cit., p. 19.
[13] HEGEL, G.W.F. *Leçons sur l´histoire de la philosophie*. Paris: Gallimard, 1954, t. I, p. 4, *apud* MOURA, Carlos Alberto Ribeiro, op. cit., p. 21.
[14] Idem, ibidem.

da ordem das razões[15] internas a um pensamento, a sua dimensão sistemática, acabou por reencontrar na idéia de sistema orgânico, na idéia de estrutura, o ponto de vista que confere inteligibilidade a um pensamento. A estrutura, na medida em que se apresenta como forma universal de todo pensamento filosófico, é a expressão da própria racionalidade filosófica. Redescobri-la, através do método filosófico estrutural, será, pois, um exercício filosófico.[16] Vale insistir neste ponto. Em muitos autores, o método é solidário da estrutura da obra. Dois exemplos clássicos disto são o emprego do método dialético nos diálogos platônicos[17] e do método analítico pressuposto na ordem das razões de exposição metafísica do *Discurso do Método* de Descartes[18].

Interessa menos, em face das intenções introdutórias deste texto, aprofundar tais questões. Quis apenas salientar que não creio que o método estrutural seja neutro ou mesmo que a filosofia que a ele subjaz deva ser defendida. Isto é tarefa para outros foros filosóficos. Neste passo julguei importante apenas tornar claro o compromisso filosófico do método tal como originariamente formulado (ainda que aqui se ofereça como um método apenas propedêutico), mais como técnica de leitura do que como filosofia propriamente dita[19]. É isto que permite que possamos nos valer do método sem necessariamente carregarmos com

[15] A expressão remete a um dos estudos clássicos de história da filosofia no qual se emprega o método de análise estrutural: GUÉROULT, Martial. *Descartes, selon l'ordre des raisons*. Paris: Aubier, 1953.
[16] Um dos precursores de tal método, Émile Bréhier, afirmava “o que é essencial num pensamento filosófico é uma certa estrutura”, in *La philosophie et son passe*. 2. ed. Paris: PUF, 1949, p. 41, *apud* GOLDSCHMIDT, Victor, “Remarques sur la méthode structurale en historie de la philosophie”, in *Revista Manuscrito*, op. cit., p. 118. Ver também GUÉROULT, Martial. *Philosophie de l'histoire de la philosophie*. Paris: Aubier Montaigne, 1979.
[17] Magistralmente revelados por GOLDSCHMIDT, Victor, *Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2002.
[18] Objeto do clássico de GUÉROULT, Martial. *Descartes, selon l'ordre des raisons.* op. cit.
[19] Assim também é o pensamento de um dos maiores defensores do método no Brasil: “Ora, vocês viram que acabo de fazer a defesa do estudo da História da Filosofia: começar a filosofar sem fazer seriamente História da Filosofia, a meu ver, é insensato. Mas deixar o filosofar para o dia em que se for um historiador consumado é mais insensato ainda. As duas coisas têm de caminhar juntas, e tenho a impressão de que, na maior parte de nossos cursos universitários de Filosofia, se tem esquecido essa outra dimensão do estudo da Filosofia, que é estimular a reflexão pessoal e filosófica dos alunos. Ficou-se só de um lado, mas os dois lados são necessários, importantes e complementares. Isto é, faz-se necessário ensinar um método rigoroso para ler os autores e entendê-los, mas ao mesmo tempo estimular os estudantes a refletirem criticamente e a pensarem por conta própria. Entendo que o chamado método ‘estruturalista’, como primeira abordagem do sistema, é a melhor abordagem. Não é a única, não deve ser a última, mas deve ser, a meu ver, a primeira. Agora, outra coisa é a Filosofia – ou ideologia – associada freqüentemente a esse método; e a essa eu sou, atualmente, totalmente contrário. Penso que o que estamos chamando de ‘estruturalismo’, em História da Filosofia, no final das contas é pura e simplesmente isto: tentar descobrir qual a ‘lógica’ com que o autor estruturou a própria obra.” PORCHAT, Oswaldo, Bate-papo com estudantes sobre o estudo de filosofia na universidade brasileira, in *O ceticismo e a possibilidade da filosofia*, op. cit., p. 251.

ele todas as implicações filosóficas que lhes atribuíam seus formuladores originais ou mesmo os compromissos de uma filosofia da história de tipo hegeliana.

Entendo, contudo, que ela vale como etapa para uma leitura metódica e rigorosa de sistemas filosóficos (mesmo porque a sua obsessão é com a busca e identificação dos sistemas), o que, a meu ver, constitui-se em meio útil (ainda que não exclusivo) para o aprendizado filosófico. Decorre também daí o meu juízo de que uma introdução à Filosofia Política se poderá realizar com melhores dividendos didáticos se tomar como etapa a iniciação por autores mais claramente sistemáticos. Neste sentido, acompanho as palavras de Porchat, "o que um bom curso de História da Filosofia faz é preparar o estudante para que um dia ele seja capaz de ler adequadamente um filósofo. Isso não se aprende em um, em dois, ou em três anos. Isso se aprende em muitos e muitos anos de pesquisa. É somente depois de pesquisar seriamente um texto, a doutrina de um autor, que se pode obter um progresso significativo nesse processo de aprendizado. Nós não aprendemos o pensamento de um filósofo porque lemos algumas obras, porque lemos alguns de seus livros. O que podemos aprender aos poucos é como lê-lo, é como entendê-lo, mediante um estudo rigoroso da 'lógica' de seu texto. E quando se consegue isso aí sim, temos condições para dizer: 'A doutrina deste filósofo é esta.' Quero agora dizer algo sobre os cursos de Filosofia. Entendo que é perfeitamente legítimo que alguém faça um tal curso com a intenção de tornar-se um historiador da Filosofia. Mas muitos – felizmente – vão para a Filosofia, não para se tornarem historiadores, mas porque têm o anseio de compreender e conhecer, porque os move um autêntico impulso filosófico. Eles não querem ser historiadores, querem ser filósofos. A meu ver, é extremamente importante e necessário que esta vocação de muitos estudantes seja cuidadosamente contemplada. Para aqueles que querem ser filósofos, o estudo dos textos é apenas um instrumento para ajudá-los a pensar, mas de nenhum modo isso esgota o âmbito de suas perspectivas".[20]

Feitas essas advertências, cumpre agora apresentar algumas dicas de cunho mais prático para a leitura de textos.

[20] Bate-papo com estudantes sobre o estudo de filosofia na universidade brasileira, in *O ceticismo e a possibilidade da filosofia*, op. cit., p. 251.

III - Como ler um texto

Os alunos de cursos superiores algumas vezes se aborrecem com cursos que pretendem “ensinar a ler” textos filosóficos. Para alguns alunos isto muitas vezes soa quase como um desaforo. Afinal, como alguém poderia ter ingressado num curso superior se já não soubesse ler, e bem?! Como poderia ter sequer passado num exame vestibular? Na verdade, o estudante que se inicia na leitura de textos conceitualmente complexos deve antes de tudo compreender que o estudo de filosofia exige um método. De alguma forma, este método já se constitui numa introdução à própria filosofia e pressupõe uma concepção filosófica da própria filosofia. Conforme salientei, este não é o lugar para aprofundar esta questão, mas apenas para apresentar algumas regras do método de leitura de textos filosóficos usualmente admitidas nas escolas de filosofia.

O que se procura mostrar é como as exigências de rigor e cuidado na leitura decorrem da própria organização conceitual dos próprios textos filosóficos. Neste sentido, ela não tem um valor filosófico em si mesmo, mas antes como uma técnica exigida pelo próprio pensamento filosófico.

É importante deixar claro desde logo que não existe um método canônico e uniforme para a leitura de textos filosóficos. Em outras palavras, inexiste um modelo rígido de passos a serem seguidos dogmaticamente pelo estudante. Ou seja, não há um manual seguro para aquisição das técnicas de leitura. O texto que se segue não tem senão a ambição de dar algumas dicas para o aluno que se inicia no campo da filosofia e nas vicissitudes da leitura de textos conceitualmente complexos.

XXX

Conforme apontado acima, os textos filosóficos, e de maneira muito particular os textos clássicos, constituem-se numa das principais vias de acesso à filosofia. Neste sentido, estudar filosofia (como o primeiro passo para filosofar) significa colocar-se em presença de uma filosofia anterior. Para tanto, freqüentar os textos, analisar, compreender, comentar, explicar constituem-se no seu meio de apreensão básica trivial, muito embora o filosofar não se esgote nesta tarefa. Através da leitura de textos filosóficos, podemos exercitar a

atividade de reconstruir os sistemas de idéias, compreender as exigências de suas "dificuldades", freqüentemente apagadas dos textos de resumo didáticos.

Vale lembrar que, apesar de imaginarmos que somos leitores competentes de textos, recentes estudos têm demonstrado que, na verdade, o aluno brasileiro que acaba de completar o ensino médio, mesmo aquele saído das melhores escolas, ainda padece de graves deficiências no domínio de habilidades de leitura de textos conceitualmente complexos.[21]

---

[21] Estudo feito pela OCDE, denominado PISA, uma avaliação internacional de habilidades e conhecimentos de jovens de 15 anos, que visa aferir até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade, quantificou tal situação. No ano de 2000, 32 países participaram do primeiro ciclo do PISA. O Brasil ficou em último lugar. Os resultados das provas são apresentados em uma escala geral de Leitura e em três subescalas, relativas aos três domínios avaliados (identificação e recuperação de informação, interpretação e reflexão), desdobradas em cinco níveis de proficiência cada uma delas.

A escala geral de Leitura representa uma escala síntese dos conhecimentos e habilidades que compõem as três subescalas, distribuídos em cinco níveis de proficiência:

- Nível 1: localizar informações explícitas em um texto, reconhecer o tema principal ou a proposta do autor, relacionar a informação de um texto de uso cotidiano com outras informações conhecidas.
- Nível 2: inferir informações em um texto, reconhecer a idéia principal de um texto, compreender relações, construir sentido e conexões entre o texto e outros conhecimentos da experiência pessoal.
- Nível 3: localizar e reconhecer relações entre informações de um texto, integrar e ordenar várias partes de um texto para identificar a idéia principal, compreender o sentido de uma palavra ou frase e construir relações, comparações, explicações ou avaliações sobre um texto.
- Nível 4: localizar e organizar informações relacionadas em um texto, interpretar os sentidos da linguagem em uma parte do texto, levando em conta o texto como um todo, utilizar o conhecimento para formular hipóteses ou para avaliar um texto.
- Nível 5: organizar informações contidas, inferindo a informação relevante para o texto, avaliar criticamente um texto, demonstrar uma compreensão global e detalhada de um texto com conteúdo ou forma não familiar.

Conforme aponta parecer de Cláudio de Moura Castro sobre o estudo acima, "A penosa evolução do ensino e seu encontro com o Pisa", mesmo entre os alunos da elite brasileira os resultados foram decepcionantes, demonstrando a gravidade da situação e importância da ênfase em projetos pedagógicos que enfatizem as habilidades de leitura e compreensão de texto. Neste texto, Moura Castro afirma: "É muito ilustrativo trazer à discussão um outro dado do problema: os escores dos nossos melhores alunos. Ou seja, é compreensível que os alunos pobres, freqüentando escolas igualmente pobres, tenham resultados deploráveis. Mas o que acontece com os alunos de classe alta e das nossas melhores escolas? Não há por que imaginar que não possam se sair tão bem quanto os seus pares dos países ricos.

Não obstante, os resultados são decepcionantes. Cinco por cento dos nossos alunos sem atraso conseguem chegar ao nível 4 de compreensão dos textos e somente 1% chega ao nível 5. Compare-se com 31% e 6% para a Coréia, para os mesmos níveis, 22% e 13% para os Estados Unidos (sem atraso) e 21% e 4% para a Espanha (sem atraso). <u>Ou seja, nossas melhores escolas nos decepcionam. A rigor, esta é a maior de todas as decepções do estudo. Não se trata da crônica fragilidade das escolas públicas, pois no nível a que aqui nos referimos deverão estar predominantemente alunos de escolas privadas, algumas delas tão caras quanto escolas privadas nos Estados Unidos.</u> Portanto, se estas escolas não estão dando conta do recado, o mais provável é que não estejam tentando. Sua agenda deve ser outra. [...] A escola, tanto de rico quanto de pobre, não está ensinando seus alunos a ler um texto escrito e a tirar dele as conclusões e reflexões logicamente permitidas. O modo como os alunos lêem textos e deles extraem informações básicas para uma reflexão

Para iniciar-se na leitura de textos é importante saber que não há apenas uma forma de leitura. Há diversas maneiras pelas quais um texto pode e deve ser abordado. Apresentarei aqui algumas das formas mais relevantes para o estudo de filosofia. É importante lembrar que a leitura rigorosa constitui-se numa *técnica* que apenas se domina através da prática. Assim como a teoria do andar de bicicleta é algo que tem um alcance prático limitado, podendo apenas orientar e auxiliar aquele que se inicia no aprendizado nesta técnica, as observações a seguir devem ser vistas como guias para a mais fácil aquisição de um domínio técnico, que somente se fará através da prática. Só se aprende a andar de bicicleta praticando e somente se aprende a ler e analisar um texto exercitando a leitura.

III.1 - Leitura rápida

A leitura filosófica é por vezes desesperadoramente lenta e demorada. Reside aí um dos motivos pelos quais muitas vezes os alunos oriundos do ensino médio, empenhados num esforço concentrado orientado para o vestibular, não encontrem neste tipo de leitura um ritmo compatível a suas inquietações de produtividade. Afinal, acabam de sair de um processo competitivo de vestibular, o momento no qual se procura absorver a maior quantidade possível de informação no menor tempo possível.

Alguns tipos de textos, contudo, recomendam e demandam leituras em ritmos distintos, por vezes mais lentos. Mesmo para este tipo de leitura, do qual falaremos a seguir, uma primeira leitura, mais rápida, pode ser muito útil. Através dela se poderá ter uma visão de conjunto do texto a ser estudado, sondando-o, para posteriormente realizar, a partir da visão do todo, a busca das partes e seu encadeamento. Alguns autores denominam esta de *leitura averiguativa*[22]. Isto porque não se trata de uma leitura absolutamente elementar, mas antes

posterior deixa muito a desejar. Nos testes, a maioria parece tentar resolver a questão sem apoio do texto, baseados nas suas opiniões. As escolas brasileiras estão longe de promover nos alunos a competência exigida pelas sociedades letradas para o verdadeiro exercício da cidadania. Das mil coisas e conteúdos que a escola faz ou tenta fazer, o PISA está nos mostrando que ela se esquece da mais essencial: dar ao aluno o domínio da linguagem. Se fosse necessário gerar um *slogan* para todas as escolas de todos os níveis, esse seria: 'Só há uma prioridade na escola brasileira: ensinar a ler e entender o que está escrito.' Os resultados resumidos poderão ser encontrados no website <http://www.pisa.oecd.org/> Dados do PISA de 2004 revelaram que o Brasil manteve o resultado anterior na habilidade de leitura (ainda que tenha melhorado em Ciências e Matemáticas). Informações em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news04_51.htm>

[22] ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *Como ler um livro*, op. cit., p. 57 ss.

de garimpagem das idéias e da estrutura de um texto. Por outro lado, muitas vezes é importante vencer certa angústia e pressão psicológica que uma leitura mais lenta e cuidadosa pode causar nos leitores menos experientes.

É importante (mas muitas vezes quase inútil) insistir com o leitor ainda não treinado neste tipo de leitura que, após alguma prática, a velocidade na leitura tende a aumentar consideravelmente. Contudo, é difícil convencer o leitor iniciante, que tem diante de si a mesma angústia de quem recebe as promessas de um professor de língua estrangeira, logo nas primeiras aulas, de que um dia poderá falar com uma fluência que parecia inatingível no início de um curso.

Vale insistir que a leitura rápida pode facilitar muito a posterior leitura pormenorizada. Neste sentido, ela pode servir de preparação para uma leitura mais aprofundada e analítica. Ela servirá também para que se avalie se o texto a ser lido merece a atenção que estamos dispostos a ele dispensar. Para que tal efeito se potencialize, seguem aqui algumas dicas úteis:

1. Sempre consulte o índice do livro que está lendo, mesmo que não pretenda ler todo o seu conteúdo. Isto permitirá ter uma visão do conjunto da obra.
2. Sempre leia com bastante atenção (com especial vagar e cuidado) o início dos textos, os primeiros parágrafos, onde são introduzidas as intenções do autor e freqüentemente o projeto de idéias a ser seguido. Também os parágrafos finais do texto ou de suas subpartes costumam sintetizar os argumentos centrais dos capítulos e podem servir de guia para a compreensão da estrutura do texto. Por tal motivo, merecem atenção redobrada. Note que tais sínteses não são indicadores absolutos de como o texto deve ser lido, visto que podem também os autores circunstancialmente se equivocar. Eventualmente, um estudo mais aprofundado poderá fundamentar tal conclusão. Contudo, o esforço do próprio autor não deve ser negligenciado.
3. Não pule os prefácios e as introduções mesmo quando estes não tiverem sido escolhidos pelo professor como leitura obrigatória. Freqüentemente, neles encontramos chaves preciosas para a melhor e mais fácil compreensão das intenções do autor e da estrutura do texto.

4. Procure exercitar a busca de palavras-chave que podem orientá-lo neste tipo de leitura rápida e seletiva. Evidentemente, nem todo texto permitirá igual sucesso em tal esforço. Efetivamente, alguns textos não comportam leitura rápida, mesmo como esforço preliminar.
5. Use marcador de texto ou lápis para destacar as idéias centrais de cada passagem. Os destaca-textos amarelos possuem a vantagem adicional de não deixar vestígios caso o texto venha a ser fotocopiado. Assim, além de não estragarem o texto, evitam o "vexame" de serem perenizadas as observações manifestamente impróprias que invariavelmente são feitas por um leitor inexperiente. Isto porque com o tempo elas tendem a desaparecer. Se preferir, use várias cores. Contudo, seja cauteloso, pois a mudança de canetas pode interromper o ritmo da leitura.
6. Não se preocupe em demasia com os pontos do texto que possam parecer à primeira vista incompreensíveis. Concentre-se naquilo que é capaz de compreender, procurando delimitar o que não compreende. Conferir excessiva atenção a pontos específicos que não compreendemos pode ser um verdadeiro obstáculo à boa fluência da leitura.
7. Leia o texto inteiro, programando-se para a releitura. Muitas vezes, é bastante difícil ler um texto filosófico pela primeira vez. Assim, não se preocupe, numa primeira leitura, em entender linha a linha tudo o que lê. Prossiga na leitura, ainda que não compreenda alguns dos pontos referidos pelo autor. Após, numa segunda leitura, você poderá retomar com muito mais facilidade os pontos que não compreendeu. Pode parecer que esta estratégia demandará muito mais tempo, mas freqüentemente o inverso ocorre. Ler e reler é muitas vezes mais econômico e eficiente do que tentar "entender tudo na primeira leitura". Ademais, após a leitura de todo o texto, você poderá ter uma visão da floresta, antes de dedicar-se a decifrar cada uma de suas árvores. Nesta segunda oportunidade, maior atenção poderá ser dada a informações contidas em notas de rodapé, menções, conceitos e referências que poderão ter escapado à compreensão numa primeira leitura.
8. Não deixe de se perguntar e procure responder com simplicidade e clareza às seguintes questões: (a) Do que trata o texto? Procure identificar o tema central e os

subtemas a ele conectados. (b) O que está sendo efetivamente afirmado? Quais são as principais proposições do texto? Quais são os subargumentos?

III.2 - Leitura aprofundada

A leitura aprofundada é muitas vezes a única que realmente serve de meio para uma leitura filosófica de textos clássicos. Assim, a leitura rápida deverá ser vista como uma etapa para este tipo de leitura. Para tanto, prepare-se, pois ela é demandante. Não há como realizá-la sem uma boa dose de disciplina, esforço e perseverança. De certo modo, ela é comparável aos exercícios que um pianista tem de realizar antes para poder executar uma música com proficiência. O importante neste momento é aceitar (psicologicamente inclusive) que não é possível ultrapassar certa velocidade de leitura e compreensão sem certo treino. Portanto, tenha paciência e disciplina e você poderá colher os dividendos do esforço após algumas semanas.

Para este tipo de exercício, é necessário não ter pressa. Assim, o primeiro passo é começar o exercício com antecedência (caso ele seja exigência de um professor ou curso, comece a tarefa bem antes da véspera). Agora, você deve se fixar em cada passagem. Não se assuste se demorar meia hora para ler uma página ou dez minutos para concluir um parágrafo após varias releituras. Isto tudo é normal. Não deixe sua auto-estima se afetar negativamente em razão disto.

Para este tipo de leitura, você poderá fazer o seguinte exercício. Procure identificar todos os movimentos do texto. Reconstrua a estrutura do texto lido. Eis algumas dicas:

1. Formule a si mesmo as seguintes perguntas: Em quantas partes o texto está dividido? Três, quatro, cinco, mais? Procure pensar nos critérios que utiliza para fazer tal divisão. Alguns textos já vêm divididos pelo próprio autor, outros não, e você será obrigado a fazer a divisão.
2. Imagine-se sendo demandado a justificar a escolha do número de partes que encontrou. Afinal, a escolha deve obedecer a um critério relacionado à lógica interna do texto e não ser arbitrário.

3. Numere os argumentos do texto. Desta forma, você poderá manter um controle mais claro sobre quais são as partes, quantos são os argumentos, o que é um subargumento etc. Isto permitirá que você visualize a estrutura do texto. Assim, por exemplo, se o autor apresentar cinco argumentos sobre determinada questão, numere-os à margem do texto. A cada subargumento, você poderá fazer o mesmo. Lembre-se de que muitas vezes os diversos argumentos de um texto não estão numerados, mas apresentados discursivamente na forma de: “Em primeiro lugar...”, “Por um lado...”, “Por outro...”, “mas há ainda aqueles que pensam que...”. Desta forma, você poderá identificar rapidamente quais e quantos são os argumentos centrais no texto, bem como os seus subargumentos.
4. Defina com clareza numa só proposição qual é o argumento desenvolvido em cada parte do texto. Esta identificação dos argumentos centrais deverá corresponder à estrutura geral do texto que cumpre ser analisada. Note que cada parte poderá estar subdivida em outras unidades menos complexas. Procure identificá-las, dividindo em blocos argumentativos, como se fosse uma estrutura arborizante (com troncos e galhos secundários – vide Quadro 1 adiante). Identificar o lugar das idéias (ainda que eventualmente não as compreenda integralmente) constitui etapa importante para o sucesso da leitura estrutural do texto.
5. Leia com atenção diferenciada os capítulos que parecem conter as idéias centrais e estruturantes do argumento principal defendido no texto. Conforme nos lembram Mortimer J. Adler e Charles Van Doren, “você não deve ler todas as partes do livro na mesma velocidade. Todo livro, por mais difícil que seja, contém trechos de transição que podem e devem ser lidos mais rapidamente; e todo bom livro também contém trechos mais difíceis, que merecem uma leitura mais lenta”.[23]
6. Leia os textos conforme seus objetivos de leitura. Poderá ser um desperdício ler de maneira muito minuciosa e lenta um texto que não é merecedor de tal atenção. Por outro lado, outros textos praticamente não admitirão uma leitura que não seja minimamente rigorosa, sob pena de tornar-se a leitura um esforço completamente inútil. Nestes casos, a leitura torna-se – exagerando um pouco – uma espécie de “tudo ou nada”, isto é, ou se lê o texto com atenção, ou talvez seja melhor escolher

[23] ADLER, Mortimer J. e VAN DOREN, Charles, *Como ler um livro,* op. cit., p. 68

outra atividade para fazer. É por tal motivo que há quem diga que certos textos, como a *Crítica da Razão Pura* de Kant, por exemplo, a bem dizer não se *lê*, mas se *estuda*. Em síntese, "não existe uma única velocidade adequada de leitura: a habilidade para ler em várias velocidades, sabendo quando cada uma é a adequada, é o ideal." [24]

7. Ao final de suas leituras, faça a si mesmo (ou imagine-se sendo perguntado diretamente por seu professor) as seguintes perguntas: Do que fala o texto? Qual é o tema principal do texto e como o autor o desenvolve de maneira ordenada? Como ele está dividido e subdividido? Se não for capaz de respondê-las de maneira direta, retorne ao texto, procurando dar uma resposta objetiva e satisfatória a elas.
8. O que está sendo dito detalhadamente? E como? Note que esta é uma das diferenças fundamentais entre ler um texto de apoio, que freqüentemente faz um resumo das idéias gerais de um autor e a leitura direta do texto clássico. Um livro de apoio, por melhor que seja estruturado, sempre sacrifica, em benefício da síntese e do esforço de sistematização, a apresentação da maneira como o autor construiu a idéia, ou seja, o caminho perseguido para apresentar uma idéia, bem como as suas razões e fundamentos. A pergunta fundamental aqui seria a seguinte: Por que o autor está construindo a sua argumentação desta forma?
9. Contra quem o texto está sendo escrito? Boa parte dos textos filosóficos são esforços de refutação de idéias defendidas por outros autores. Muitas vezes, isto se faz de maneira clara e explícita. Outras vezes, o "outro", o inimigo intelectual do autor, é apenas indiretamente referido. Um exemplo de interlocutor direto de um texto clássico é o pensamento do Sir Robert Filmer referido logo nos primeiros parágrafos do *Segundo Tratado do Governo Civil*, de John Locke. Filmer era defensor da tese do fundamento teológico para a origem do poder dos reis. Segundo ele, os reis eram descendentes diretos de Adão e Eva e nisto consistia o fundamento para o exercício do poder real. Ora, Locke constrói sua argumentação contratualista em franca oposição às idéias deste autor. Na mesma obra, Locke faz algumas referências diretas e outras apenas insinuadas de oposição ao pensamento de outro grande filósofo, Thomas Hobbes, de quem diverge em muitos pontos importantes.

[24] Idem, p. 73.

Um outro exemplo pode ser encontrado no diálogo crítico que encontramos em Platão e Aristóteles, contra certa representação (por certo um tanto artificial e algumas vezes transformada num tipo ideal) do sofista. Este falso sábio, hábil no uso da linguagem e mestre na habilidade de apresentar o falso como verdadeiro, constitui-se, muitas vezes, como o "outro" do filósofo, o inimigo da verdadeira filosofia. Note-se que esta construção intelectual do que seria o sofista distancia-se muitas vezes do que foi a sofística, de um ponto de vista histórico filosófico. Contudo, compreender como é este inimigo "construído" é fundamental para entender os movimentos e as exigências dos textos de Platão e Aristóteles. Isto porque são alguns de seus "inimigos ideológicos", senão inimigos da própria filosofia.

10. Familiarize-se com o repertório conceitual do autor. Em que pese a afirmação constante de que o pensamento crítico se antagoniza com métodos tradicionais de memorização e repetição, é importante ter em mente que algum domínio dos conceitos utilizados por um autor e a familiaridade com a construção argumentativa são necessários para o bom domínio de um texto filosófico. Há quem diga que alguns dos principais formuladores e aplicadores do método estrutural recomendavam aos seus alunos, ao dar um curso sobre Descartes, por exemplo, que memorizassem o texto das *Meditações* (preferencialmente no original!). Por certo isto parece um exagero. Contudo, também seria um exagero negligenciar que a familiaridade e a freqüência com que se vai ao texto constitui-se, em certa medida, condição necessária para a leitura rigorosa e estrutural de um texto. Uma forma de tornar desnecessária a memorização é a elaboração de um *Esquema* que reconstrua a estrutura e o lugar das idéias num texto filosófico. Falarei mais disso a seguir.
11. A leitura de um texto clássico recomenda certa humildade. Em que pese a enorme relevância do estimulo à reflexão pessoal e criativa num curso de filosofia, é fundamental conjugá-la com uma dose de humildade diante de um texto filosófico. O que entender por isto? Que devemos concordar com as idéias do autor? Não, apenas que devemos conceder-lhe o benefício e dedicar-lhe o esforço no sentido de fazer a mais coerente interpretação. Para tanto, talvez seja efetivamente necessário suspender temporariamente um juízo externo sobre a aceitabilidade das idéias que

defende. Devemos pressupor que um argumento foi construído com certa inteligência e, antes de refutá-lo, compreendê-lo[25] (tal como o exemplo do enxadrista que foi mencionado anteriormente). É comum os alunos supostamente treinados na "arte da argumentação" desafiarem precipitadamente o autor e suas idéias desde a primeira linha, contrapondo-as às próprias idéias e opiniões (*doxa*). Uma leitura estrutural não proíbe que se critiquem as idéias do autor estudado, mas demanda que, antes de fazê-lo, sejam suspensas temporariamente as críticas externas ao autor. No seu lugar, o leitor deve buscar a melhor lógica interna das idéias. Isto é, ao invés de ver as contradições em cada linha, procurar compreender qual teria sido a "lógica interna do texto" que justificaria cada uma das observações. De algum modo, quando lemos um texto clássico, escrito em outra época e a partir de premissas muito distantes das nossas atuais, é importante que nos abstenhamos, no momento da leitura, de julgar as idéias para antes procurarmos compreendê-las no âmbito do sistema de idéias e pensamento a que pertencem. Um bom exemplo disto pode ser encontrado na leitura do Capítulo I da *Política*, de Aristóteles. Nesta passagem, Aristóteles apresenta alguns de seus muito célebres argumentos sobre a escravidão. O leitor moderno não necessita perder sua indignação diante da escravidão para tentar compreender qual é o significado da defesa feita por Aristóteles da escravidão, quais são as premissas que fundamentam esta sua crença e o papel que ela desempenha na estrutura de seu pensamento.

12. Procure o significado das palavras no seu próprio contexto de utilização. Uma leitura estrutural recomenda que você tome muito cuidado ao buscar encontrar o significado das palavras em dicionários ou livros gerais de filosofia. De maneira geral, os filósofos constroem significados específicos para os conceitos que utilizam. Muitos deles são diferentes do sentido usual de um conceito. Alguns

[25] Conforme aponta Victor Goldschmidt, "devemos, antes de toda leitura, creditar uma (grande filosofia) daquilo que, na falta de melhor (expressão), se poderia chamar de sua *unidade substancial:* Esta não garante sempre um acordo com a letra, ainda que ela forneça mais do que geralmente imagina a exegese estocástica (conjectural), sob o esconderijo de fórmulas aparentemente incompatíveis, colhidas aqui e acolá. Mas ela responde pela concordância fundamental deste pensamento consigo mesmo, e deve recomendar ao leitor, quando ele se crê diante de incoerências, de procurar a causa, antes e preferencialmente, em sua própria inaptidão para a leitura, e apenas em último caso, em seu autor'" (citação de GOLDSCHMIDT, Victor, *Anthropologie et politique: les principes du système de Rousseau*. Paris: J. Vrin, 1974, p. 12, *apud* Remarques sur la méthode structurale en historie de la philosophie, in *Revista Manuscrito*, op. cit., p. 135).

exemplos disto são os conceitos de *evidência*, *mundo*, *sujeito*, *objeto*, *representação* etc. Assim, ao usar um dicionário, procure atentar para a existência de algum significado filosófico técnico particular. Sempre que possível, prefira um dicionário filosófico mais especializado. Infelizmente, apenas estas cautelas não serão ainda suficientes. Isto porque, muitas vezes, determinados filósofos utilizam um conceito filosófico consagrado numa acepção especial e peculiar. Para estas situações, um dicionário filosófico especializado de um filósofo poderá ser de maior utilidade[26]. Contudo, mesmo o uso proveitoso de um dicionário não eximirá o leitor de buscar o significado particular de um conceito ou expressão num contexto lingüístico. Assim, por exemplo, um mesmo autor, como Kant e Aristóteles, que já constrói um vocabulário técnico original e de maneira geral rigoroso, muitas vezes usa as mesmas palavras com significados diversos. Daí decorre a necessidade de sempre se buscar o significado dos conceitos filosóficos no interior do contexto no qual eles são empregados. Isto, de alguma maneira, impõe ao leitor de filosofia formar algum tipo de glossário filosófico mínimo de cada autor[27].

13. Tenha em mente que o método estrutural, sistemático, de leitura não é hostil a outros métodos de interpretação filosófica, como o histórico, o sociológico ou o econômico. É evidente que todas estas dimensões afetam o sentido de um texto filosófico. Contudo, seria um equívoco reduzir o sentido de um texto a tais dimensões, como se fosse um "epifenômeno" (para usar uma palavra datada, que

---

[26] Vejam-se, com grande proveito, alguns dicionários gerais de filosofia disponíveis em português, como FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000; ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982; BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; PETERS, F. E. *Termos filosóficos gregos: léxico histórico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Além desses, outros mais específicos de Filosofia Política, como BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 3. ed. Brasília: Unb, 1991, e outros ainda sobre autores, como CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; YOLTON, John W. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996; GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

[27] ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *Como ler um livro*, op. cit., p. 115 ss, elaboram uma série de regras que em linhas gerais coincidem com as recomendações aqui apresentadas. As "regras de ouro" indicadas por esses autores são as seguintes: Regra 1. Procure identificar com clareza o tipo de livro que está lendo, preferencialmente antes mesmo de iniciar a leitura. Regra 2. Resuma a unidade do livro numa única frase ou no máximo num pequeno parágrafo. Regra 3. Identifique as partes principais do texto e mostre como elas formam um conjunto organizado. Em sentido semelhante FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques, *Metodologia filosófica*. op. cit.

expressa uma mera decorrência causal) do contexto que o produziu, um reflexo das condições econômicas e históricas ou um espelho das motivações psicológicas do autor. O que o método estrutural busca não é negar a importância das influências históricas, econômicas e sociais[28]. O que se supõe, contudo, é que tais influências não são suficientes para explicar o sentido filosófico do texto. Este, conforme aqui salientado, pressupõe e se constitui na ordem das razões nele inscrita. Nas palavras de Victor Goldschmidt, "o método estrutural, longe de cortar o texto de seu contexto, pode servir para definir as suas relações com ele, e isto não por uma finalidade de erudição, mas conforme a intenção filosófica da obra" [29].

Feitas tais considerações, passemos a um exercício que poderá tornar mais concreta a tarefa que o leitor de filosofia terá pela frente.

III.3 - Um exercício de leitura estrutural de um texto

Os objetivos fundamentais de uma leitura estrutural podem ser alcançados através da reconstrução da ordem das idéias de um texto. Uma forma prática de realizar tal tarefa é descrever a estrutura arborizante de um texto. Neste tipo de exercício, o que se procura recuperar é a estrutura lógica do texto, isto é, a "ordem das razões" internas do texto. Note que, muitas vezes, a ordem de apresentação das idéias não corresponde direta ou necessariamente à "ordem lógica" das idéias.

Vejamos um exercício de análise de textos filosóficos.

O texto a seguir é um trecho do começo de uma obra de Aristóteles, o Capítulo 1 da *Política*. Sua tarefa é a seguinte:

a) *Leia o texto com muita atenção*. Procure determinar o sentido das palavras que não compreender numa primeira leitura a partir do contexto em que aparecem.
b) Após essa leitura detida do texto, *identifique sua tese central*. O que Aristóteles

[28] No mesmo sentido, Remarques sur la méthode structurale em historie de la philosophie, in *Revista Manuscrito*, op. cit., p. 138.
[29] Idem, p. 139

quer sustentar nesse texto? O que ele está tentando provar?

c) Em seguida, *divida o texto em blocos e*, *cada bloco*, *em partes*. Identifique, para cada bloco e parte, as subteses de apoio à tese básica do texto.

d) *Distinga movimentos argumentativos e digressões*.

e) *Explicite as premissas subentendidas* em cada argumento presente nas subpartes do texto. De que outras teses Aristóteles necessita para sustentar essas subteses? Elas estão presentes em outros lugares do texto (antes ou depois)?

f) *Reconstrua agora o esqueleto argumentativo do texto (ou o seu esquema estrutural)*, tomando por modelo o seguinte esquema:

1. Tese central

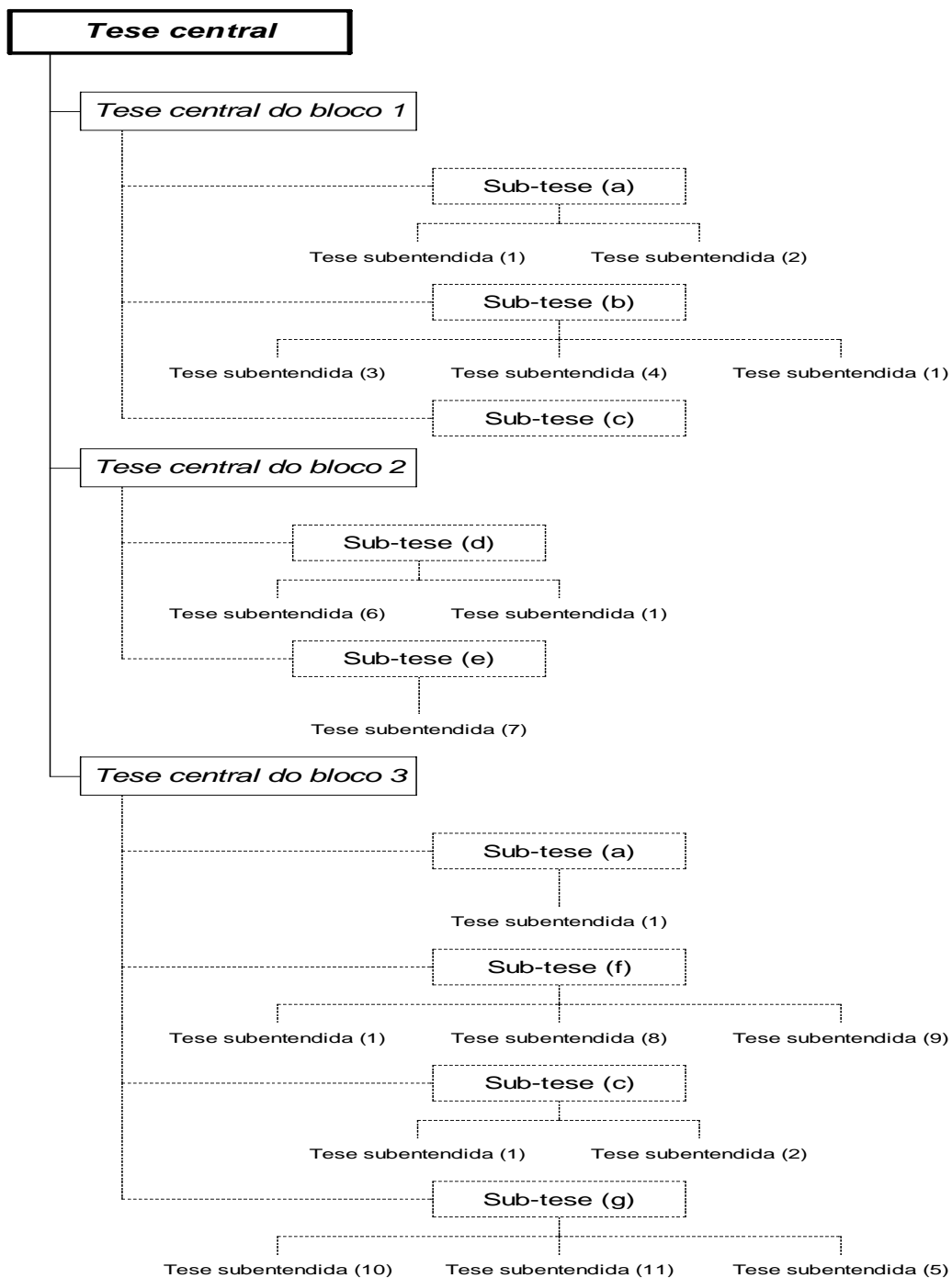
    1.1. Subtese do bloco 1
        1.1.1. Subtese da parte (a) do bloco 1
        1.1.2. Subtese da parte (b) do bloco 1
        1.1.3. ...

    1.2. Subtese do bloco 2
        1.2.1. Subtese da parte (a) do bloco 2
        1.2.2. Subtese da parte (b) do bloco 2
        1.2.3. ...

    1.3. Subtese do bloco 3
        ...

Veja uma representação gráfica no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1

Exemplo de estrutura de texto

Note também que esse quadro é apenas indicativo, e pode haver, no texto a seguir, mais de três partes, ou até menos. Cada uma delas pode ser dividida em outras ainda menores.

III.4 - Exercício I de Leitura da **Política** *de Aristóteles*

Vejamos agora um exemplo de como isto pode ser feito a partir de um pequeno texto da *Política*, de Aristóteles, Livro I, Capítulo 1.

> "Observamos que toda a cidade é uma certa forma de comunidade e que toda comunidade é constituída em vista de algum bem. É que, em todas as suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem. É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens. Esta comunidade é chamada 'cidade', aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos".
>
> (ARISTÓTELES, *Política*. ed. bilíngüe. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998. 1252 a, 1º parágrafo)

Para realizar o exercício devemos fazer a decomposição do texto em seus argumentos principais. Num primeiro esforço de *análise* (lembre-se de que analisar significa dividir), encontraremos seis proposições, a saber:

A. "Observamos que toda a cidade é uma certa forma de comunidade
B. E que toda comunidade é constituída em vista de algum bem.
C. É que, em todas as suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem.
D. É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam algum bem,
E. A comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens.
F. Esta comunidade é chamada "cidade", aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos."

Agora realizemos um *esquema topológico* das proposições, isto é, identifiquemos quais são as proposições do texto e a forma como elas se encontram estruturadas nele. O esforço agora deve ser orientado na busca do *lugar* das proposições e suas relações entre si.

Esquema topológico

1. "Toda a cidade é uma certa forma de comunidade
2. Toda comunidade é constituída em vista de algum bem.
3. Em todas as suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem.
4. A comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens[30].
   4.1 Esta comunidade é chamada "cidade", aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos."

Se você reler o texto com cuidado, perceberá que no esquema acima a ordem lógica das idéias não acompanha diretamente a *ordem topológica*. Assim, do ponto de vista da ordem das idéias, o texto poderia ser assim reorganizado. Como? Para responder a esta pergunta, façamos as seguintes indagações: Qual é a tese principal? Qual é a ordem lógica do argumento produzido? As respostas a estas perguntas poderão nos levar à seguinte estrutura lógica do texto (ou seu *esquema lógico*):

[30] Note que a proposição, na medida em que todas as comunidades visam algum bem, é apenas repetida e não precisa ser aqui reiterada.

Quadro 2

Esquema lógico

Tese central I	Em todas as suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem (ordem topológica C).
Tese II	Toda a cidade é uma certa forma de comunidade (ordem topológica A).
Tese III	- Toda comunidade é constituída em vista de algum bem (ordem topológica B). - Todas as comunidades visam algum bem (ordem topológica D) (na verdade, a mesma idéia é apenas repetida).
Conclusão	A comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens (ordem topológica E).
Digressão	Esta comunidade é chamada "cidade", aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos (ordem topológica F).

Agora, vejamos um exemplo um pouco mais complexo e tentemos verificar como pode ser feita a montagem de um *esquema* e a sua explicação.

III.5 - Exercício II de Leitura da **Física** *de Aristóteles*[31]

O texto a seguir é um trecho do começo de uma obra de Aristóteles, o Capítulo 1 e parte do Capítulo 2 do livro I da *Física*, obra em que examina as diversas teorias relativas aos princípios da natureza. Nessa obra, Aristóteles problematiza as soluções propostas até então e procura elaborar uma doutrina própria, capaz de dar conta das dificuldades nelas encontradas. Siga os mesmos passos sugeridos para o exercício I.

[31] Exercício elaborado por Alberto Alonso Muñoz.

FÍSICA de Aristóteles

Livro I

Capítulo l

[184a 10] Uma vez que o saber e o conhecer, no que respeita a todos os estudos nos quais há princípios ou causas ou elementos, sucedem a partir do tomar noção destes últimos (pois julgamos vir a compreender cada coisa no momento em que tomamos noção das primeiras causas e dos primeiros princípios, até os elementos), é evidente que devemos tentar delimitar inicialmente também aquilo que concerne aos princípios da ciência da natureza.

[184a 16] E o percurso naturalmente vai desde o mais cognoscível e mais claro para nós em direção ao mais claro e mais cognoscível por natureza: pois não são as mesmas coisas que são cognoscíveis para nós e cognoscíveis simplesmente sem mais. Por isso, é necessário, desse modo, proceder a partir dos que, apesar de serem menos claros por natureza, são mais claros para nós, em direção aos mais claros e mais cognoscíveis por natureza.

[184a 21] E inicialmente, são-nos evidentes e claras sobretudo as coisas misturadas: posteriormente, a partir delas, para aqueles que as discriminam, tornam-se conhecidos os elementos e os princípios. Por isso, é necessário progredir desde os universais até os particulares: pois o todo é o mais cognoscível segundo a sensação, e o universal é um certo todo: pois o universal compreende muitas coisas como partes.

[184a 26] De certo modo, é isso mesmo que ocorre com as denominações em relação à definição: pois a denominação designa um certo todo, e o designa de modo indistinto, por exemplo, "círculo", ao passo que a definição dele o discrimina em seus elementos particulares. E também as crianças, inicialmente, chamam todos os homens de pai e todas as mulheres de mãe, mas, depois, distinguem cada um deles.

[184b 15] Ora, é necessário que o princípio seja um ou mais de um, e se for um, é necessário que seja ou imóvel, como afirmam Parmênides e Melisso, ou movido, como afirmam os estudiosos da natureza, uns afirmando que o primeiro princípio é ar, outros, que é água; mas se o princípio for mais de um, é necessário que sejam ou em número limitado

ou ilimitado e, se forem limitados, porém mais de um, é necessário que sejam ou dois, ou três, ou quatro, ou algum outro número e, se forem ilimitados, é necessário que sejam ou assim da maneira como afirma Demócrito - um único gênero, mas diferenciados em figura – ou diferenciados em forma, ou até mesmo contrários.

(Aristóteles, *Física I-II*, trad. Lucas Angioni, Campinas: IFCH/UNICAMP, Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 1, fev. 2002, p. 13; 67-75)

Veja agora o que seria uma justificativa argumentada da divisão feita. Em quantas partes o texto se divide?

O texto divide-se em *três* blocos:

I. No primeiro, que está entre 184a 10 e 184a 16, Aristóteles enuncia a tese central do texto: a necessidade de delimitar os princípios da natureza. "Devemos tentar delimitar inicialmente também aquilo que concerne aos princípios da ciência da natureza." Aristóteles apóia sua tese em outra:
   a) O conhecimento de uma coisa completa-se no momento em que se chega à noção dos primeiros princípios e elementos de um domínio do saber ("julgamos vir a compreender cada coisa no momento em que tomamos noção das primeiras causas e dos primeiros princípios, até os elementos").
   b) Daí decorre que o conhecimento de um domínio científico se efetua no momento em que se tem consciência dos princípios que governam esse terreno: "o saber e o conhecer, no que respeita a todos os estudos nos quais há princípios ou causas ou elementos, sucedem a partir do tomar noção destes últimos".

   Aristóteles conclui, disso, que é preciso delimitar e descobrir os princípios da ciência da natureza, condição *sine qua non* da elaboração de uma física.

II. No segundo, entre 184a 16 e 184b 15, Aristóteles enuncia o princípio metodológico de que é necessário, para conhecer os primeiros princípios da natureza, ir do universal para o

particular: "é necessário progredir desde os universais até os particulares". Este bloco divide-se em três partes:

a) *184a 16 - 184a 21:* deve-se partir do que é mais claro para nós rumo ao que é mais claro por natureza ("é necessário, desse modo, proceder a partir dos que, apesar de serem menos claros por natureza, são mais claros para nós, em direção aos mais claros e mais cognoscíveis por natureza"). Isso porque:
   (i) Não é correto que as coisas mais simples para nós, mais facilmente cognoscíveis por nós, sejam aquelas mais simples e cognoscíveis *por natureza*. Isto é, as mais fundamentais na ordem da *justificação*, na prioridade explicativa, não são aquelas mais imediatas na ordem da *descoberta:* "não são as mesmas coisas que são cognoscíveis para nós e cognoscíveis simplesmente sem mais".
   (ii) Assumindo que só podemos começar com o que é mais simples e imediato para nós (tese que Aristóteles toma como evidente, premissa subentendida sem necessidade de demonstração), o percurso deve começar aí e caminhar para o que é mais simples e claro por natureza: "o percurso naturalmente vai desde o mais cognoscível e mais claro para nós em direção ao mais claro e mais cognoscível por natureza".

b) *184a 21 - 184a 26:* enuncia a tese central da segunda parte: deve-se começar pelo universal e decompô-lo em particulares ("é necessário progredir desde os universais até os particulares"). Aristóteles a demonstra a partir de sua conclusão na parte anterior – a necessidade de partir do mais claro e cognoscível para nós e caminhar rumo ao que é mais claro e cognoscível por natureza –, e de outras duas novas teses que são trazidas nesta parte:
   (i) O que é claro e evidente no início do processo de descoberta do conhecimento científico são massas de evidências confusas, cujos elementos só serão discriminados ao final do trabalho de análise: "inicialmente, são-nos evidentes e claras sobretudo as coisas misturadas: posteriormente, a partir delas, para aqueles que as discriminam, tornam-se conhecidos os elementos e os princípios". Ou seja, é por um trabalho de decomposição que um todo, inicialmente confuso, passa a revelar os princípios e elementos que o presidem.

(ii) Os todos mais simples e evidentes para nós nos são dados pela sensação ("o todo é mais cognoscível segundo a sensação").

(iii) O universal é um tipo de todo, já que ele compreende, como partes, as coisas que pertencem a seu domínio ("o universal é um certo todo: pois o universal compreende muitas coisas como partes").

Assim, se devemos começar pelo mais simples e evidente para nós (dado pela sensação), devemos começar com os universais e caminhar para os particulares.

c) *184a 26 - 184b 15:* Aristóteles faz duas digressões:

(i) Na primeira, Aristóteles ilustra, por uma analogia entre as denominações e definições, o processo de ida do universal sensível (mais claro para nós, menos claro por natureza) para o particular inteligível (menos claro para nós, mais claro por natureza). Aristóteles traça um paralelo entre *denominar* um círculo, chamando-o de "círculo", e *definir* um círculo ("a denominação designa um certo todo, e o designa de modo indistinto, por exemplo, 'círculo', ao passo que a definição dele o discrimina em seus elementos particulares"). No primeiro caso, um nome designa algo indistinto. No segundo, a definição explicita os elementos componentes de determinada espécie de coisa.

(ii) Na segunda, Aristóteles mostra a naturalidade desse procedimento, que é aquele que todos empregamos na vida comum, sendo realizado pelas crianças ao aprenderem a discriminar propriedades, objetos, pessoas etc ("também as crianças, inicialmente, chamam todos os homens de pai e todas as mulheres de mãe, mas, depois, distinguem cada um deles").

III. No terceiro, de 184b 15 até o final, Aristóteles apresenta, utilizando o método de divisão, uma classificação estritamente lógica dos *tipos* de princípios e seu *número*. Aristóteles usa como critérios a existência de um ou vários princípios, móveis ou imóveis, em número limitado ou ilimitado, de mesma espécie, de espécies diversas, ou contrários entre si. Para apoiar essa classificação, Aristóteles aduzirá, como evidência empírica, exemplos de autores que admitiram princípios dentro dessa classificação.

a) Pode haver *um único princípio:*
   (i) Um único princípio, mas imóvel: Melisso e Parmênides sustentaram essa posição.
   (ii) Um único princípio, mas movido: sustentaram-na os autores da natureza (considerando ser o ar, a água etc., o primeiro e único princípio).

b) Pode haver *mais de um* princípio:
   (i) Mais de um princípio, mas em número limitado: dois, três, quatro, ou outro número finito qualquer.
   (ii) Mais de um princípio, mas em número ilimitado:
      1. De mesmo gênero, mas diversos em figura: Demócrito.
      2. De gêneros diversos ("diferenciados em forma").
      3. Contrários entre si.

III.6 - A descrição da estrutura é um resumo do texto?

Note que esta reconstrução gráfica da estrutura de um texto não se identifica com a tarefa de produzir *resumos*. Normalmente, num resumo nós sintetizamos, seletivamente, as idéias centrais de um texto de modo transmitir os seus pontos principais. No resumo costuma-se dar mais atenção aos núcleos significativos principais, isto é, às idéias centrais do texto. Nesse caso, a forma como as idéias aparecem e a construção argumentativa geralmente são sacrificadas em benefício da síntese e redução do tamanho do texto original. Assim, por exemplo, quando lemos um resumo de um livro, geralmente vemos parcialmente sacrificada a organização da ordem dos argumentos, ainda que alguma homologia estrutural entre o original e o resumo geralmente se mantenha. Assim, no caso do resumo de um livro, normalmente são mantidas as mesmas unidades de capítulos.

A identificação da estrutura de um texto constitui-se num exercício de outra natureza, que aqui denominei de *Esquema*. Nele o que se objetiva é primordialmente a identificação, através de um registro gráfico de fácil visualização, dos argumentos do texto e sua estrutura e concatenação.[32] Neste sentido, ele deve ser exaustivo na identificação das partes do texto. Em outras palavras, nele todos os argumentos do texto devem constar. Da mesma forma, a

[32] Cf. HUHNE, L. M. *Metodologia científica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2000. p. 64-65.

posição do argumento deve estar bem situada. Ou seja, deve ele localizar se o argumento proposto é um subargumento, um corolário, uma digressão ou mesmo um mero exemplo ou contra-exemplo do argumento já proposto. Poderíamos dizer que ele deve fazer um mapa topológico dos argumentos. Neste sentido, tal exercício poderia ser comparado a uma radiografia de um corpo humano. Nela poderemos identificar todos os ossos do corpo. O raio X não suprime nenhum osso. Na chapa de raio X estarão indicadas as articulações dos ossos, os ligamentos, os ossos principais e os secundários. Em outras palavras, nela podemos ver a estrutura óssea do corpo humano. Contudo, da mesma forma que no exercício proposto, na chapa de raio X algo se suprimiu. Foram os tecidos, órgãos, sangue etc. Qual substância do texto deveria ser "suprimida" no exercício? Entendo que o Esquema deve guardar apenas os argumentos em seu enunciado mais sintético. Da mesma forma, os contraargumentos e subargumentos. Exemplos e demonstrações deveriam estar apenas localizados, mas não descritos. Em outras palavras, o lugar das idéias e suas relações internas devem estar identificados. A explicação das idéias dependerá, é evidente, da leitura integral do texto. Tal exercício permite reconstruir a estrutura de um texto, tornando-a visível, tal como uma ordem arborizante a que nos referimos acima.

III.7 - A elaboração de um Esquema para orientação dos seminários. A ordem das razões e a ordem topológica – tornando as coisas um pouco mais fáceis

O exercício apresentado anteriormente e a sua explicação passo a passo poderá parecer excessivamente desencorajador para muitos leitores. Isto porque a recuperação da "ordem das razões", isto é, a ordem lógica das idéias[33], poderá parecer um exercício extremamente difícil e trabalhoso para o aluno iniciante. É importante que se diga, contudo, que a "verdadeira" leitura estrutural de um texto o exige, ainda que a sua formalização tal como posta no exercício possa ser dispensada por um leitor mais experiente.

Uma boa forma de dar um primeiro e importante passo para a reconstrução da "ordem das razões" é realizar um exercício relevante, porém mais modesto e de mais fácil consecução. O estudante iniciante poderá, com grande proveito, recuperar a estrutura da apresentação

[33] O tempo lógico a que se referia GOLDSCHMIDT, Victor, Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos, in *A Religião de Platão*, op. cit.

dos argumentos dentro de um texto. Tal exercício orienta-se menos pela reconstrução da ordem lógica dos argumentos, e mais pela *ordem topológica dos argumentos*, isto é, pela reconstrução da ordem de apresentação no texto e não pela ordem das razões filosóficas, freqüentemente, embora não necessariamente, organizadas segundo uma outra seqüência.

Este exercício de apresentação gráfica de uma estrutura do texto pode ser muito útil para a compreensão e análise de textos filosóficos. Contudo, você poderá notar com o tempo que este tipo de esforço nem sempre é suficiente para a adequada e rigorosa compreensão de um texto filosófico.

A elaboração de um *Esquema* auxilia no reconhecimento e na visualização da estrutura interna de um texto, na sua arquitetônica conceitual e nos movimentos do texto. Quando se trata de leitura e discussão coletiva de um texto, na estrutura de um seminário, esta técnica pode se demonstrar bastante eficaz. Esta utilidade se amplia se for acompanhada da entrega pelo aluno de cópia desre trabalho para toda a classe (o que em língua inglesa se denomina *hand-out*), que, assim, pode acompanhar a maneira pela qual o texto foi “lido e dividido” pela pessoa encarregada de fazê-lo. Em classes com elevado número de alunos, nas quais não é viável um acompanhamento direto do professor sobre a qualidade e rigor da leitura feita por cada um dos alunos presentes, esta técnica é particularmente útil, pois permite a todos os alunos a clara visualização da estrutura do texto bem como a percepção de que maneira o texto foi estruturalmente lido por quem apresenta o seminário[34]. Muitas vezes, o seu objetivo poderá não ser este, mas sim preparar uma apresentação ou mesmo fazer uma memória do texto lido como etapa para a elaboração de um trabalho mais complexo.

Vejamos como o mesmo texto indicado no exercício anterior poderia ter sua estrutura descrita através de um Esquema (*hand-out*) a ser entregue a todos os membros de uma classe ou grupo de discussão.

[34] Pense numa sala de aula com mais de 30 alunos, ambiente no qual será praticamente impossível perguntar a cada um dos alunos como realizou a divisão do texto etc. A breve apresentação do “esquema topológico” (12 minutos me parece, de maneira geral, o suficiente) por alguns alunos permitirá a discussão por todos da estrutura do texto, com grande proveito.

Vejamos agora um Esquema Topológico:

Esquema do texto: Aristóteles, Física I-II, trad. Lucas Angioni, Campinas, FCH/UNICAMP, Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 1, fev. 2002, p. 13; 67-75.

Aluno: Tomás de Aquino

1 - "Devemos tentar delimitar inicialmente também aquilo que concerne aos princípios da ciência da natureza", pois:

1.1 "Julgamos vir a compreender cada coisa no momento em que tomamos noção das primeiras causas e dos primeiros princípios, até os elementos."

1.2 Daí decorre que "o saber e o conhecer, no que respeita a todos os estudos nos quais há princípios ou causas ou elementos, sucedem a partir do tomar noção destes últimos".

1.3 *Conclusão*: é preciso delimitar e descobrir os princípios da ciência da natureza, condição *sine qua non* da elaboração de uma física.

2 - "É necessário progredir desde os universais até os particulares".

2.1 "É necessário, desse modo, proceder a partir dos que, apesar de serem menos claros por natureza, são mais claros para nós, em direção aos mais claros."

2.1.1 "Não são as mesmas coisas que são cognoscíveis para nós e cognoscíveis simplesmente sem mais."

2.1.2 "O percurso naturalmente vai desde o mais cognoscível e mais claro para nós em direção ao mais claro e mais cognoscível por natureza."

2.2 "É necessário progredir desde os universais até os particulares."

2.2.1 "Inicialmente, são-nos evidentes e claras sobretudo as coisas misturadas: posteriormente, a partir delas, para aqueles que as discriminam, tornam-se conhecidos os elementos e os princípios" (Decomposição. Do misturado ao simples).

2.2.2 "O todo é mais cognoscível segundo a sensação."

2.2.3 “O universal é um certo todo: pois o universal compreende muitas coisas como partes.”

2.3 Duas digressões:

2.3.1 Primeira: analogia entre as denominações e definições, o processo de ida do universal sensível (mais claro para nós, menos claro por natureza) para o particular inteligível (menos claro para nós, mais claro por natureza). Aristóteles traça um paralelo entre denominar um círculo, chamando-o de “círculo”, e definir um círculo.

2.3.2 Segunda: mostra a naturalidade desse procedimento, que é aquele que todos empregamos na vida comum, sendo realizado pelas crianças ao aprenderem a discriminar propriedades, objetos, pessoas etc.

3 - Classificação estritamente lógica dos tipos de princípios e seu número.

3.1 Pode haver um único princípio:

3.1.1 Um único princípio, mas imóvel (ex: Melisso e Parmênides).

3.1.2 Um único princípio, mas movido (ex: autores da natureza - considerando ser o ar, a água etc., o primeiro e único princípio).

3.2 Pode haver mais de um princípio:

3.2.1 Mais de um princípio, mas em número limitado: dois, três, quatro, ou outro número finito qualquer.

3.2.2 Mais de um princípio, em número ilimitado:

3.2.2.1 De mesmo gênero, mas diversos em figura (ex: Demócrito).

3.2.2.2 De gêneros diversos (“diferenciados em forma”).

3.2.2.3 Contrários entre si.

Note que neste *Esquema* a estrutura do texto foi apresentada através de um sistema de numeração progressiva, em que os números usados correspondem às idéias a serem esquematizadas. As idéias principais (entre elas, a central) recebem um número sozinho. As idéias secundárias possuem um número referente à sua idéia principal, acrescido de outro que indica a ordem em que aparecem e assim sucessivamente.

Por exemplo:

1. Indica a primeira idéia principal
   1.1. Indica a primeira idéia secundária da principal 1
      1.1.1. Indica a primeira subdivisão da idéia secundária 1
   1.2. Indica a segunda idéia secundária da principal 1
      1.2.1. Indica a primeira subdivisão da idéia secundária 2
      1.2.2. Indica a segunda subdivisão da idéia secundária 2
2. Indica a segunda idéia principal

Este exercício seria então uma forma de *fichamento* do texto? É importante observar que um fichamento constitui-se em técnica muito útil ao estudo de filosofia e mesmo para a apresentação de seminário e aulas. Deve-se, contudo, observar que normalmente um fichamento atém-se às idéias centrais de um texto. Muito embora não tenha um formato canônico ou único, costuma ter a estrutura de um resumo das idéias principais. Além disto, é comum incluirmos num fichamento elementos críticos ou comentários pessoais sobre as idéias do texto apresentado. É por tal motivo que muitas notas de aula de professores são feitas através de fichamentos. Dessa forma, a intenção de um fichamento muitas vezes não é captar o encadeamento lógico ou topológico das idéias do autor estudado, mas sim suas idéias centrais e a elas relacionar outros comentários externos, históricos, críticos, comparativos etc. Neste sentido, ele não atende às exigências de exaustividade e completude que a leitura estrutural e a produção de um *Esquema* estrutural procuram atingir. Trata-se, assim, mais uma vez de técnicas diversas e complementares. Em verdade, o resumo, o fichamento e o esquema são técnicas diferentes, complementares e adequadas a finalidades distintas, ainda que guardem algumas semelhanças entre si.

III.8 - Técnica mista

Na verdade, você perceberá com o tempo que é possível e quase sempre recomendável uma combinação das técnicas de leitura rápida com a leitura aprofundada. Neste caso, o esforço deverá orientar-se para a realização de uma leitura rápida antes de proceder à leitura aprofundada.

É importante, contudo, ter sempre em mente que a leitura rápida não substitui a leitura aprofundada. Mais uma vez, conforme venha a adquirir prática e velocidade, você poderá ler textos filosóficos com uma velocidade normal de leitura.

Alguns autores costumam ainda indicar um terceiro tipo de leitura, que poderíamos denominar de leitura *sintópica*[35]. Neste tipo de leitura, o que se procura executar é uma leitura comparativa e crítica a partir de um tema. Neste caso, são colocados em comparação os diversos tipos de textos e idéias e conceitos estudados. Exige um esforço mais ativo do leitor para o qual, contudo, pensamos que as etapas anteriores constituem passo necessário e útil. Neste tipo de leitura, a dimensão comparativa, bem como a crítica mais substantiva da validade dos argumentos apresentados é o que se busca.

Um bom curso de filosofia não deve jamais abandonar a ambição de proporcionar ao aluno que analise criticamente os conceitos que utiliza e pense substantivamente as idéias que está estudando. Entretanto, conforme antes acentuado, este processo deve caminhar paralelamente (mas não necessariamente ao mesmo tempo) ao esforço de leitura e compreensão do que o texto realmente afirma e como o faz.

Um método estrutural de leitura não impede que se aceite ou rejeite a verdade dogmática de uma filosofia. Assim, podemos ler um texto de Rousseau, compreender sua lógica interna, seus motivos e intenções filosóficas, concordando ou discordando das idéias do autor. O método de leitura não exige aceitação ou repulsa das idéias do autor estudado por parte de quem dele se vale. Interessa, contudo, reconstruir as razões pelas quais as verdades eram

[35] ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *Como ler um livro*, op. cit. Exemplos de livros que oferecem este tipo de orientação de leitura disponíveis em português e espanhol são MANENT. *Curso de Filosofia Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003; WOLFF, Jonathan. *Introdução à filosofia Política*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2004.

aceitas pelo autor. Que razões, que idéias de verdade, estavam na base da aceitação das idéias de Rousseau quando ele as escreveu. Por fim, cumpriria lembrar que a compreensão da idéia de verdade em Rousseau, Kant ou qualquer outro filósofo é uma condição para compreender sua filosofia. As estruturas constitutivas de uma doutrina não são ininteligíveis sem a sua ambição de promover a verdade.

Isto tudo nos leva também a lembrar que talvez, como queria Kant, não se possa aprender a filosofia, mas apenas a filosofar.[36] Em outras palavras, "a verdade que se encontra nas próprias coisas", nos próprios livros, talvez não faça sentido filosófico. Afinal, será possível falar de uma verdade filosófica (dogmática) desconectada das condições de sua inteligibilidade (estrutura, intenções, razões, movimentos) e da prática social que lhe é subjacente? Só resta agora convidar o leitor a começar a filosofar a partir dos clássicos e assim ensaiar suas primeiras respostas a estas e outras questões.

[36] KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*, A838, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989, p. 660.